
Formação e testemunho: o YouTube como alternativa para a “des-demonização” das religiões de matriz africana¹

Denise Tavares²

Dayane Vaz³

Universidade Federal Fluminense, RJ

RESUMO

Esta comunicação tem como objeto de investigação canais e vídeos do YouTube cuja temática ou foco são as religiões de matriz africana. Trata-se de pesquisa exploratória descritiva que visa apontar as principais estratégias acionadas por estas produções audiovisuais. Considera-se que estão no horizonte destes vídeos, além da afirmação religiosa, um diagnóstico, consciente ou não, de que é preciso se contrapor à invisibilidade das religiões de matriz africana nos canais da TV aberta, além de responder às crescentes manifestações de violência e intolerância contra terreiros e praticantes de Umbanda e Candomblé no Brasil recente.

PALAVRAS-CHAVE

YouTube; religiões afro-brasileiras; intolerância religiosa.

1. Introdução

Começamos com alguns números mesmo que eles nos pareçam, em algum sentido, óbvios: segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2014)⁴, 97,1% dos lares brasileiros, isto é, cerca de 67 milhões de residências, possuíam televisão. Indicador relevante porque confirma que a televisão continua onipresente na maioria dos lares brasileiros. Isto é, permite inferir que a televisão se mantém significativamente representativa quando se pretende compreender o imaginário e opiniões hegemônicas da sociedade brasileira, se considerarmos tantos diagnósticos já realizados nos estudos de televisão e audiovisual. Já em relação ao acesso à internet, apesar do crescimento no número de lares conectados, as pesquisas continuam indicando que a quantidade de residências sem conexão ainda é muito grande no Brasil.

¹ Trabalho apresentado no GP Estudos de Televisão e Televisualidades, XIX Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 42º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Jornalista e Professora do Departamento de Comunicação Social da UFF e Coordenadora, Professora e Pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Mídia e Cotidiano na mesma universidade. E-mail: denisetavares51@gmail.com

³ Jornalista, graduada pela Universidade Federal Fluminense – UFF.

⁴ Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv99054.pdf> (Acesso em 16 de maio de 2019)

Em termos numéricos, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD C) 2016⁵, cerca de 116 milhões de pessoas, com mais de 10 anos de idade, o que equivale a 64,7% da população do país, têm acesso à internet. No entanto, a pesquisa TIC Domicílios 2017 mostra que 39% dos domicílios brasileiros não possuem nenhum tipo de conexão com a internet. O quadro piora quando levamos em conta a classe social: cerca de 70% dos lares das classes D e E estão desconectados, número bem diferente dos lares das classes A, B e C, que representam, respectivamente, 99%, 93% e 69% dos domicílios. Finalmente, para tentarmos ter um quadro um pouco mais completo dessa relação com televisão e internet, é preciso mencionar que esta mesma pesquisa indicava que 138,3 milhões de brasileiros, ou seja, 77,1% da população com 10 anos ou mais, possuíam celular próprio. Sendo que a posse de celular é maior entre jovens de 25 a 34 anos, isto é, 88,6% do total. E, finalmente, que 76,4% dos internautas brasileiros utilizam o celular para assistir vídeos, inclusive programas, séries e filmes.

Este cenário evidencia uma tendência de acesso e oferece a possibilidade de algumas digressões. Primeiro, que o consumo de televisão aberta se mantém disponível para a maior parte da população. No entanto, sabemos, os próprios movimentos das redes também confirmam um deslocamento de consumo audiovisual pelos dispositivos móveis, provocado por diversos fatores, inclusive a necessidade de mobilidade urbana e o tempo de permanência nos lares. O que não invalida, ainda, a onipresença da mídia aberta. E, reconhecendo esta situação, recuperamos Bezerra e Rodrigues (2016), que a partir de um estudo comparativo entre as redes Record e Globo sobre a presença de conteúdo religioso nestas duas emissoras no período compreendido entre 2010 e 2015, apontam para o crescimento e expansão dos programas religiosos neopentecostais⁶ tendo, como contraponto, a ausência na televisão aberta, de programas religiosos de matriz africana. Este resultado, ainda segundo as autoras, desdobra outro diagnóstico, isto é, que essa invisibilidade é sincrônica ao processo de expansão dos seguimentos pentecostais⁷ que,

⁵ Esta pesquisa visa acompanhar, trimestralmente, informações sócio-culturais-econômicas do Brasil, consideradas necessárias para compreensão do desenvolvimento sócio-econômico do país. Informações em <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/habitacao/17270-pnad-continua.html?=&t=o-que-e>. (Acesso em 16 de maio de 2019).

⁶ Segundo Bezerra e Rodrigues esta ocupação na TV, no caso brasileiro, tem como marco a compra da TV Record pela Igreja Universal do Reino de Deus em 1989 (2016, p.69).

⁷ De acordo com último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) a que tivemos acesso⁷ (2010), o número de evangélicos cresceu 61% em 10 anos. No ano 2000, 26,6 milhões de brasileiros se autodeclararam evangélicos, já em 2010, o número subiu para 42,3 milhões de pessoas, o que representava, à época, cerca de 21% da população do país.

por sua vez, têm se manifestado, inclusive na mídia, de forma intolerante em relação às religiões de matriz africanas, sendo estas “marginalizadas por meio dos discursos e imagens degradantes e negativas associadas às características dessas religiões” (p. 70).

Essas associações merecem ser cotejadas aos números do citado PNAD C de 2016. Eles apontam que 46,7% da população brasileira se autodeclara parda e 8,2% se autodeclara preta, totalizando 54,4% da população, o que representa um crescimento de 6,6% e 14,9%, respectivamente em relação ao levantamento anterior. Enquanto a população preta e parda cresce, o percentual dos brancos na população do país caiu de 46,6% para 44,2%, o que representa uma queda de 1,8%. Entretanto, no quesito educação superior, o crescimento não acompanha este ritmo: o total de pessoas pretas ou pardas na faixa etária de 18 a 24 anos que cursavam o ensino superior em 2015 era de 12,8%. E, em relação ao acesso à saúde, ao saneamento básico, à ocupação de imóvel próprio, os indicadores são sempre muito piores para a população negra e parda sendo, o ápice, a diferença de renda: negros e pardos representam 75,5% do total de pessoas com os 10% de menores rendimentos e 17,8% das pessoas do 1% das maiores rendas.

Enfim, estes dados confirmam um racismo estrutural no país, como tantos pesquisadores reafirmam hoje. Trata-se de um cenário que corrobora a percepção cotidiana das pessoas negras e pardas, do quanto preconceito sofrem e como este é totalmente generalizado em um país que se apresentava oficialmente, até há pouco tempo, como “feliz mistura de todas as raças”. Ora, partindo da premissa da força da cultura audiovisual não só como fomentadora de narrativas, mas como capaz de estimular compreensões e até mesmo ações cotidianas em função do seu potencial de consumo, esta comunicação se articula considerando este rápido cenário de indicadores apresentados pois que ecoam o atual mapa da programação religiosa da televisão aberta no Brasil. Esta que é sintetizada por Bezerra e Rodrigues (2016), no dístico da invisibilidade das religiões de matriz africana e racismo estrutural do país. Um diagnóstico que nos levou à busca de espaços de resistência e afirmação, em sintonia ao que coloca Certeau (1994) quanto às táticas do resistir no cotidiano. Sob esta perspectiva, encontramos em vídeos e canais do YouTube um espaço de atuação afirmativa de praticantes e lideranças de religiões de matriz africana, que buscamos apresentar aqui como resultado de pesquisa exploratória. O objetivo é iniciar processo de reflexão e discussão sobre as principais táticas temático-narrativas acionadas por estas produções audiovisuais, considerando a hipótese de valorização do testemunho e dos “ensinamentos” das práticas religiosas nestes vídeos.

2. Domínio midiático evangélico e intolerância religiosa

Em uma nação que assume diversos feriados pautados pelas comemorações da Igreja Católica, o Brasil, apesar de ser um país oficialmente laico, ainda se reconhece como território fartamente religioso. Não à toa, portanto, que desde o início da televisão brasileira, a programação religiosa esteve presente, situação que se mantém até hoje: conforme relatório do Observatório Brasileiro do Cinema e Audiovisual (OCA), publicado em agosto de 2017⁸, o diagnóstico é que o gênero religioso é o dominante na televisão brasileira:

Quase metade dessa participação é programada pela CNT (46,9%), sendo a segunda maior fatia programada pela RedeTV! (22,9%). Na sequência estão Record (12,0%), Band (8,5%) e TV Gazeta (8,2%), observando-se ainda que as emissoras TV Brasil (0,8%), Globo (0,3%) e TV Cultura (0,3%), com menos de um ponto percentual, cada uma, não programam, juntas, mais que 1,4% da grade com o gênero. O SBT não programa o gênero Religioso em sua grade no ano em referência, tal como em anos anteriores. (ANCINE, Informe Anual 2016, p.59)

Estes índices estão relacionados a programas de todos os formatos, algo que também fizemos em levantamento cinco canais da TV aberta brasileira sendo dois canais públicos, a TV Cultura e a TV Brasil, e três concessões privadas, que são o SBT, a Rede Record e a Rede Globo. O levantamento foi feito no período de 20 a 26 de abril de 2019, de sábado a sexta-feira, considerando todos os dias da semana, das 0h às 23h59min de cada dia. Todas as programações foram analisadas de forma regional, com foco em transmissões no estado do Rio de Janeiro. E, em função de limites operacionais, o levantamento foi feito nos sites das próprias emissoras⁹. O resultado indicou o seguinte quadro: no SBT, emissora fundada em agosto de 1981, não encontramos nenhum programa de cunho religioso; na Record TV, emissora que existe desde 1953, há programas de cunho religioso em todos os dias da semana e em horários variados, mas concentrados, principalmente, à noite enquanto no fim de semana eles ocorrem das 6h às 9h; além destes, também são transmitidos, de segunda a sexta, programas que fazem parte da “Programação IURD”¹⁰, de duas a três horas seguidas, e que passam no fim da noite e

⁸ Disponível em https://oca.ancine.gov.br/sites/default/files/repositorio/pdf/informe_tvaberta_2016.pdf (Acesso em 23 de maio de 2019).

⁹ Apenas a análise da grade de programação da TV Brasil foi realizada em outro site, o Mi.TV (*In* <https://mi.tv/br/programacao>).

¹⁰ A IURD é uma entidade religiosa sem fins lucrativos com o nome de Igreja Universal do Reino de Deus (IURD). Além da Record, também tem um canal online que funciona 24h. [Igreja Universal do Reino de Deus, 2019: <https://www.igrejauniversal.pt/iurd/>].

início da madrugada (geralmente começando às 1h15min e indo até 3h15min). Quanto à Rede Globo de televisão, só apresenta a “Santa Missa” na manhã de domingo, enquanto a TV Cultura, que é pública, apresenta a “Missa de Aparecida”. Finalmente, na TV Brasil, há transmissão de programas com conteúdo religioso em quase todos os dias da semana, exceto sábado. Aos domingos, há, na parte da manhã: “Entre o céu e a terra” (ecumênico); “Reencontro” (evangélico); e a “Santa Missa” (católico), com cerca de uma hora de duração, cada um. Nas noites de segunda a sexta-feira é transmitido o “Fique ligado!”, sobre matérias, dicas, entrevistas e eventos do meio gospel, durante cerca de trinta minutos. Apesar de certa variedade na programação religiosa, a predominância é sobre conteúdo evangélico neopentecostal. Já o programa “Entre o céu e a terra” é o que possui conteúdo religioso mais diversificado entre todos os programas de todas as emissoras. Como se pode aferir, apesar do limite evidente deste levantamento, se é verdade que os programas de entretenimento com pauta religiosa têm garantido relativa audiência aos canais, o que se tem hoje, majoritariamente, na programação religiosa, são as produções que investem na conversão, isto é, na reprodução dos rituais das suas doutrinas. Neste espectro restringem-se, basicamente, à Igreja Católica e às Igrejas Neopentecostais. Estas, desde a década de 1980, conforme Bezerra e Rezende (2016), passaram a se profissionalizar acionando diversas estratégias na utilização da TV. Na prática, isto significou alargar o espaço para narrativas que testemunhassem os benefícios e conquistas da adesão ou conversão, além de apresentar diversos rituais afinados à ideia de purificação e de combate ao “maligno”. Paradoxalmente, tais ritos são muito próximos aos acionados pela Umbanda e Candomblé, mas esta similaridade é distanciada radicalmente pela afirmação do vínculo das religiões evangélicas à matriz bíblica e às origens do cristianismo.

Tal postura de exclusão do “outro religioso”, adensada pelas pregações evangélicas midiáticas, é correlata a crescentes casos de intolerância religiosa em direção aos cultos de matriz africana. Segundo a Secretaria de Estado de Direitos Humanos e Políticas para Mulheres e Idosos (SEDHMI), em 2018 houve um aumento de 56% de casos assim, só no Rio de Janeiro, quando em comparação com os índices de 2017. Os ataques são direcionados aos terreiros e a seus praticantes, sendo que os agressores, quase sempre, são brancos e declaram agir em nome de Jesus, em processo justificado pela

“expulsão do demônio”. A agressividade ecoa os ritos de diversos templos pentecostais e dos exibidos na televisão quando, não poucas vezes, os pastores conclamam os fiéis a agir. Reproduz-se, assim, uma caricatura de “guerra santa”, alicerçada pela ode a valores conservadores e a um projeto de hegemonia religiosa, com processo contínuo de anulação de quaisquer outras opções religiosas.

3. Mídia e intolerância religiosa: um relatório

A liberdade religiosa é um dos direitos fundamentais previstos pela Constituição Federal de 1988. O Artigo 5º, inciso VI, defende que o Estado é laico e que nenhum cidadão deverá ser alvo de discriminação por conta de suas crenças. Considera-se crime toda forma de injúria, difamação, impedimento e destruição de espaços utilizados por fiéis para praticarem sua fé. Os condenados podem pegar de um a três anos de reclusão, além do pagamento de multa. Entretanto, de acordo com dados encontrados no site do Governo do Brasil a respeito do Relatório sobre Intolerância e Violência Religiosa no Brasil (RIVIR-2015)¹¹, divulgado pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos (SDH), de 2011 até 2016 as denúncias de intolerância religiosa aumentaram de 15 notificações (2011) para 537 (2017), o que representa um crescimento de 3.480% em seis anos. Todas as denúncias foram recebidas pelo Disque 100, canal criado para comunicar este tipo de prática discriminatória¹².

Os cultos mais perseguidos e que mais sofrem discriminação, como já colocado, são as religiões de matriz africana, como a umbanda e o candomblé: cerca de 16,19% das denúncias foram registradas por seguidores da umbanda, enquanto que os seguidores do candomblé correspondem a 9,52% das denúncias feitas. Outros 6,19% dos casos são referentes a outros credos de matriz africana¹³. As agressões também têm cor. A pesquisa aponta que 47% das vítimas são pardas, 17% são negras e 37% são brancas. Em relação aos agressores, a pesquisa aponta que pessoas brancas representam 53%, enquanto pardos são 34% e negros 12%. Mas, lamentavelmente, o RIVIR conclui que são poucos os casos

¹¹ Trata-se da publicação dos resultados preliminares de pesquisa realizada sobre o tema no período de 2011 a 2015, pelo Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos do Governo Federal (gestão Dilma Rousseff). Disponível em <https://www.mdh.gov.br/informacao-aocidadao/participacao-social/cnrdr/pdfs/relatorio-de-intolerancia-e-violencia-religiosa-rivir-2015/view>. Acesso em 20 de maio de 2019.

¹² No relatório RIVIR referente ao período entre 2011 e 2015, a violência religiosa é dividida em oito tipos: psicológica (66%), moral (9%), institucional (7%), patrimonial (5%), física (7%), relativa à prática de atos (2%), negligência (3%) e sexual (1%).

¹³ No entanto, em 44% das denúncias, as vítimas não informaram sua religião.

de intolerância religiosa que chegam até os tribunais para que sejam julgados. As razões variam entre falta de acesso aos órgãos competentes e à Justiça, dificuldade em tipificar este tipo de violência como intolerância religiosa, o fato de a vítima não denunciar, ou a incapacidade da justiça e das polícias em tratar essas denúncias.

De acordo com o relatório, movimentos sociais envolvidos com a questão religiosa, especialmente no que diz respeito às religiões de matriz africana, utilizam o termo "racismo religioso" de forma a tornar suas denúncias mais eficazes. A Lei nº 7.716/89 (Lei Caó¹⁴) está em vigor no país desde 1989, trata de racismo e leva em consideração, também, a intolerância religiosa. Em 1997, houve uma atualização e a lei ganhou novo texto: "Art. 20. Praticar, induzir ou incitar a discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião, ou procedência nacional (nº 9.459, de 15/05/97)". No entanto, ao analisar as leis utilizadas nos processos, não foi encontrada nenhuma menção à Lei Caó. O RIVIR aponta que o tema "intolerância e violência religiosa" ainda é precário na mídia brasileira e no meio jornalístico, sendo abordado de forma inadequada. Muitos veículos tratam casos de intolerância como "preconceito", demonstrando a inabilidade da mídia para noticiar casos de violência e intolerância religiosa. Esta abordagem "acaba por não considerar a ocorrência de intolerância religiosa como um fato em si e tende a descaracterizar o ato intolerante enquanto tal, transformando-o em mero artifício para exemplificar o preconceito", (p. 35).

De acordo com o levantamento do relatório, em 2011 foram contabilizadas 28 reportagens publicadas sobre violência e intolerância religiosa. Em 2012, 2013, 2014 e 2015, foram contabilizadas, respectivamente, 28, 43, 45, 82 e 212. De 2011 a 2015, o número de matérias publicadas aumentou mais de 657%. O estado do Rio de Janeiro foi o que mais teve reportagens relacionadas ao tema veiculadas na mídia, no entanto, as mídias locais dão pouca visibilidade aos acontecimentos da sua região. Do total, 36% das reportagens publicadas tratavam de casos que aconteceram no Rio de Janeiro, porém, apenas 7% dos veículos de comunicação pesquisados pelo levantamento estão sediados no estado.

Segundo informações do portal de notícias UOL (Mello, in UOL, 2019, s/p), no dia 13 de junho a Polícia Civil e o MPF realizaram uma operação para impedir que quadrilhas de traficantes realizassem ataques contra terreiros de religiões afro na Baixada

¹⁴ Em homenagem a seu autor, Carlos Alberto de Oliveira.

e na Região Metropolitana do Rio. Segundo o portal, a polícia investiga a denúncia de que os autores dos ataques são traficantes da facção Terceiro Comando Puro (TCP), que foram convertidos durante o período de reclusão nos presídios. Ao serem libertados, eles começam a perseguir praticantes da umbanda e do candomblé. Na reportagem¹⁵, o procurador Julio José Araujo chama de “traficantes de Jesus” os responsáveis pelos crimes de ódio. A ação tem a participação da Delegacia de Combate a Crimes Raciais e Delitos de Intolerância (Decradi), inaugurada no dia 13 de dezembro de 2018, que tem como objetivo registrar e investigar casos que tenham como motivação crimes de ódio e discriminação, como racismo, injúria, xenofobia, homofobia e outros tipos de preconceito.

No Brasil, a discriminação religiosa é crime e desde 27 de dezembro de 2007, sob a Lei nº 11.635, sancionada pelo ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva, como um reconhecimento do próprio Estado da existência do problema. O Dia Nacional de Combate à Intolerância Religiosa é comemorado no dia 21 de janeiro. O estudo RIVIR relata um caso de dupla intolerância religiosa praticada por um magistrado dentro de um processo judicial, referente a uma Ação Civil Pública ajuizada pelo Ministério Público Federal (MP) contra o Google Brasil Ltda., responsável pelo site YouTube. Os vídeos compartilhados no canal eram contra religiões de matriz africana e foram compreendidos pelo MP como "prática disseminatória de preconceitos", o que motivou o pedido de retirada imediata do conteúdo. Entretanto, o pedido de antecipação de tutela foi negado pelo juízo de 1º grau, como podemos ver neste trecho da decisão:

[...] não contêm os traços necessários de uma religião a saber, um texto base (corão, bíblia, etc.) ausência de estrutura hierárquica e ausência de um Deus a ser venerado. Não se vai entrar, neste momento, no pantanoso campo do que venha a ser religião, apenas, para ao exame da tutela, não se apresenta malferimento de um sistema de fé. As manifestações religiosas afro-brasileiras não se constituem em religiões [BRASIL, 2014, p.8].

Como se pode constatar, as vítimas sofreram dupla discriminação religiosa: uma pelo compartilhamento de vídeos contra elas, outra pelo Poder Judiciário, que desclassificou as crenças de matriz africana enquanto religião. Negou, assim, a essas vítimas, o direito à proteção, que deveria ser garantido pelo Estado.

¹⁵ Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2019/06/15/traficantes-de-jesus-policia-e-mpf-miram-intolerancia-religiosa-no-rio.htm> (Acesso em 17 de junho de 2019).

4. Religiões de matriz africana no YouTube

Como vimos rapidamente, a representação das religiões de matriz africana na televisão aberta brasileira, praticamente não existe no cenário atual. Como contraste, os programas que tratam de religiões cristãs, como as evangélicas neopentecostais – principalmente - e católicas, são as que, de fato, ocupam as grades da programação. A ausência de conteúdo informativo e educativo na mídia tradicional levou diversos fiéis e lideranças religiosas a gerar conteúdo sobre religiões de origem africana nas mídias sociais. Aqui, destacamos um breve levantamento realizado durante um período curto (de 03 a 09 de junho de 2019), em função de seu caráter exploratório, na perspectiva de definir um cenário de produção, buscando caracterizá-la a partir de alguns agrupamentos. Interessa apontar as estratégias de comunicação considerando os limites de produção, isto é, o fato de serem, majoritariamente, iniciativas individuais e as escolhas temáticas realizadas. Consideramos como amostragem um total de dez canais privilegiando o número de inscritos, continuidade de publicação e média mínima de mil visualizações. Em função destes focos, desprezamos a questão racial e de gênero como critério de seleção.

Assim, pelo caráter exploratório deste levantamento delimitamos alguns recortes: temporalidade, percurso temático e inscritos. Por temporalidade marcamos o início das atividades e, quanto às temáticas, elas foram agrupadas a partir dos seguintes conceitos: prática religiosa são os vídeos relacionados aos ensinamentos, rituais e eventos diretamente relacionados ao culto; já o testemunho, é a categoria que articula a experiência biográfica da fé à adesão religiosa e, interação são os vídeos dedicados às respostas e/ou explicações solicitadas pelos seguidores do canal. Também contabilizamos o total de vídeos e desprezamos uma ideia inicial de “vídeo mais visto” em função das diferenças temporais das postagens. A maior parte dos vídeos tem tempo médio entre 5 e 8 minutos. Considerando os cruzamentos propostos chegamos aos seguintes canais:

| Canal | Início em | Inscritos | Total de Vídeos | Temáticas |
|----------------|------------------|------------------|------------------------|--|
| Alan Barbieri | 25/05/2013 | 325.587 | 132 | - Prática Religiosa - Testemunho - Interação |
| Adérito Simões | 06/04/2014 | 226.933 | 151 | - Prática Religiosa - Interação |

| | | | | |
|--------------------------|------------|--------|-------------------|--|
| Pérola de Iemanjá | 21/02/2015 | 69.558 | 148 | - Prática Religiosa - Testemunho - Interação |
| Tata Lopparga | 26/04/2018 | 56.292 | 114 ¹⁶ | - Prática Religiosa - Testemunho |
| Macumba online Brasil | 02/11/2018 | 10.560 | 15 | - Prática Religiosa - Denúncia - Testemunho |
| Canal Iyálòrìsà Oyaláôre | 17/05/2015 | 8.224 | 80 | - Prática Religiosa - Testemunho (1 vídeo) |
| Umbanda Jovem | 02/09/2015 | 6.609 | 21 | - Prática Religiosa - Testemunho |
| Umbanda Gira | 23/10/2017 | 6.531 | 14 | - Prática Religiosa - Testemunho (1 vídeo) |
| Umbanda que eu amo | 08/04/2018 | 1490 | 51 | - Prática Religiosa - Testemunho |
| Umbanda para você | 07/05/2018 | 1.016 | 31 | - Prática Religiosa - Testemunho |

Como se pode observar, buscamos algumas aproximações a partir do número de inscritos. O canal de Alan Barbieri é o que contempla o maior número de inscritos e seus vídeos acumulam quase 20 milhões de visualizações. Sua estratégia de comunicação é bastante concentrada nos ensinamentos relacionados à Umbanda. Ele se apresenta como “Sacerdote e fundador do Templo Escola Casa de Lei, médium atuante na Umbanda desde 1999; Palestrante; Graduando em Psicologia pela Universidade Anhembi Morumbi”¹⁷. A maior parte dos seus vídeos assume um formato de “aula”, privilegiando a atuação didática. Ele organiza os vídeos em 13 playlists: “Estudando a Umbanda” (132 vídeos); “Transmissões ao vivo” (5 vídeos); “Minha Vida” (3 vídeos); “Convites, eventos e atividades” (26 vídeos); “Respondendo Comentários” (1 vídeo); “Alan Barbieri responde” (127 vídeos); “Orações” (6 vídeos); “Na prática com Alan Barbieri” (43 vídeos); “Puxa um ponto” (59 vídeos); “Templo Escola Casa de Lei” (5 vídeos); “Portal Estudar em Casa” (21 vídeos); Palestras (2 vídeos); “Sorteios” (9 vídeos). A distribuição, portanto, mostra o foco prioritário na lógica do “conhecimento” e “esclarecimentos” sobre a Umbanda. Por outro lado, o testemunho destaca a “primeira incorporação”, seu percurso na religião e a primeira vez que visitou um terreiro de umbanda.

Os outros canais seguem, praticamente, a mesma lógica: dar visibilidade, divulgar conteúdos sobre umbanda e candomblé, trazer informação de qualidade e desconstruir a demonização criada em torno dessas religiões. Os vídeos são gravados, quase todos, no modelo clássico do YouTube: câmera em plano médio fechado, olhar direto para a

¹⁶ Antes de produzir estes vídeos voltados à umbanda, Tata Lopparga produziu 84 vídeos sobre maquiagem e turismo. A data indicada como início considera o vídeo em que ela se “converte” à umbanda, deixando de ser evangélica.

¹⁷ Disponível em (<https://www.youtube.com/user/alancasadelei/about>)

câmera, enquadramento convencional valorizando a ideia do “diálogo”. Quase todos os *YouTubers* aqui elencados se apresentam caracterizados, isto é, vestem-se de acordo com a tradição religiosa. Destaca-se, neste sentido, Íyálòrìsà Oyaláõre (cujo nome é Rita Lameirão): na maioria das vezes ela está vestida com suas “roupas de santo”¹⁸ e usando suas guias de contas¹⁹. A indumentária reforça o seu perfil já que o papel de uma ialorixá é semelhante ao de uma sacerdotisa, responsável por tudo o que acontece no terreiro, pelas consultas, jogos e nenhuma decisão pode ser tomada sem sua autorização. O canal exibe seu conteúdo às quartas-feiras, às 20h, e existe desde 17 de maio de 2015. Apesar do número de inscritos no canal ser baixo, o canal tem um vídeo com 342.553 visualizações. Na descrição do canal valoriza-se o dever de respeitar a opinião do outro e a intenção de oferecer um novo olhar sobre os candomblecistas, umbandista e espirituaisitas (Lameirão, in: YouTube, 2015, s/p).

Alguns dos primeiros vídeos postados neste canal são assim identificados: “Hierarquia no candomblé”, “A iniciação no candomblé”, “Discriminação entre candomblecistas e umbandistas”, “Cargos e responsabilidade dentro do candomblé”, “A umbanda no candomblé”, “Os movimentos dentro da religião de matriz africana”, “O que se faz na África e o que se faz no Brasil” e “ÈŞÙ”. Com muita calma, a ialorixá tece explicações e reflexões sobre comportamentos dos filhos de santo dentro dos terreiros e entre eles, fala sobre respeito, companheirismo e humildade, faz referências aos orixás, entre outros assuntos. As primeiras postagens do canal eram mais curtas, com vídeos durando menos de 10 minutos. Algumas das mais recentes são um pouco mais longas, chegando a quase 20 minutos. A ialorixá recebe sugestões de seus seguidores nos comentários de cada publicação e produz conteúdo atendendo ao pedido. O conteúdo do vídeo “Cargos e responsabilidade dentro do candomblé” é um exemplo disso. Os vídeos recebem muitas reações de seus seguidores, incluindo curtidas e comentários agradecendo a divulgação e o conteúdo do material. As playlists são divididas por temporada, tendo que acessar cada uma delas para saber o tipo de conteúdo. Além disso, no final da descrição do canal no site, há hiperlinks para acessar os perfis da ialorixá em outras redes sociais, como o Facebook e o Instagram. Em seu perfil do Instagram,

¹⁸ Roupas de santo são vestimentas que os filhos de santo usam no terreiro e não é recomendado que sejam usadas fora dele. A depender do evento, cada roupa é usada de acordo com a cor e os adornos de cada orixá ou entidade.

¹⁹ Guia de contas, que servem para proteção do médium, são cordões feitos com diversos materiais, como miçangas, cristais, dentes, e preparados em rituais e consagrados conforme a energia vibracional de cada entidade, orixá ou de acordo com orientação dos orixás do terreiro onde o médium faz parte.

contamos 953 seguidores, no entanto, não havia publicações. Já nos perfis do Facebook, um do Canal Íyalòrìsà Oyaláõre e o outro da Íyalòrìsà Oyaláõre, o engajamento é maior, em relações às publicações e curtidas, entretanto, as últimas publicações foram em 2017.

Outro canal do YouTube que merece destaque é o “Adérito Simões. O canal existe desde 6 de abril de 2014 e em sua descrição, o autor do canal explica que vai apresentar vídeos sobre Umbanda dedicado “...a todos que se interessem por incorporação, mediunidade, Umbanda, religião, caboclos, pretos velhos, exu, pombagira, defumação, tronqueira, firmezas enfim, todos os assuntos relacionados à nossa querida religião de Umbanda! (SIMÕES *in* YouTube, 2014, s/p).

O canal conta com oito playlists, cada uma com uma temática diferente. As playlists estão divididas em: “Exu”, “Teologia”, “Bom dia, Umbanda”, “Incorporação”, “Práticas de Umbanda”, “Aulas”, “Adérito responde” e “Preces”. Vemos que essa separação facilita a navegação do seguidor no momento de escolher suas preferências e por onde começar a assistir aos vídeos. De forma muito didática, Adérito cria um canal, que chama de plataforma de ensino online sobre Umbanda, com conteúdo extremamente informativo e educativo. Ele afirma em alguns vídeos que a umbanda deve ser ensinada na escola. Na *playlist* chamada “Exu”, Adérito desconstrói a demonização do orixá - que é uma entidade, um guia de luz -, em um de seus vídeos, que tem o título “Exu na igreja evangélica”.

Ao longo dos 151 vídeos da *playlist*, Adérito tira dúvidas de seguidores, explica conceitos, desmistifica histórias criadas a respeito do orixá, apresenta rezas, entre outros assuntos diversos. A *playlist* nomeada como “Aulas”, com 34 vídeos, tem formato mais próximo de videoaula, incluindo videoconferência e participação de outros religiosos, e alguns vídeos duram mais de uma hora. Esta *playlist* faz uma parceria com o portal “Para sempre umbanda” (www.psuead.com.br) e oferece cursos a distância sobre a religião. Adérito Simões tem um perfil no Instagram que possui mais de 20 mil seguidores e ele usa para mostrar seu dia a dia. Além destas estratégias, ele também passou a usar uma plataforma digital, a Samba Play, em que é necessário fazer uma assinatura para ter acesso ao conteúdo, onde oferece minicursos sobre a umbanda.

Já o canal “Pérola de Iemanjá - A umbanda na minha vida” traz em sua descrição: “A Umbanda na Minha Vida vem, para desmistificar os preconceitos existentes. Mostrar que a umbanda é uma religião brasileira e que louva a Deus assim como todas as outras. Venha fazer parte deste universo, em que a máxima é o amor ao próximo e a evolução

espiritual” (HERNÁNDEZ in YouTube, 2015, s/p). Este canal é administrado por uma mulher, Pérola Hernández, e conta com 21 *playlists*, cuja temática é bem variada. Algumas delas são: “Dúvidas”, “Rituais”, “Banhos”, “Histórias” e “DIY Umbandista”. Nos grupos de vídeos, ela busca esclarecer dúvidas de seguidores, conta histórias dos orixás, rituais de limpeza e proteção e ensina a fazer artigos utilizados na religião, como as guias de proteção, ou fios de contas, usadas para proteção do filho de santo. O canal existe desde 21 de fevereiro de 2015 e conta, até a data de consulta para esta pesquisa, com 69.558 inscritos. Pérolas de Iemanjá também possui contas em outras redes sociais, como Facebook e Instagram. Nesta última, a autora utiliza o recurso IGTV para transmitir vídeos em que aparece cantando alguns pontos de umbanda, já que a Pérola também é cantora.

Considerações Finais

Apesar de mais da metade da população brasileira se autodeclarar negra ou parda, o Brasil está distante de atingir a igualdade social e de ser um país não racista, tolerante e que respeita a diferença. Pessoas negras e pardas, em relação às brancas, têm menos acesso aos bens e serviços, como saneamento básico, casa própria, eletrodomésticos, educação, serviços básicos de saúde, salários mais altos, poder de compra, entre outros. Historicamente, pessoas negras e pardas são deixadas à margem da sociedade. Na construção deste racismo estrutural, no que diz respeito à religião, esta segregação parece permanecer, fazendo com que as religiões de origem africana continuem sendo apresentadas, principalmente por segmentos das religiões pentecostais, como cultos “ruins” e do “demônio”. E, a despeito da liberdade religiosa ser um dos direitos fundamentais previstos pela Constituição Federal de 1988 (Artigo 5º, inciso VI), e defender que o Estado é laico e que nenhum cidadão deverá ser alvo de discriminação por conta de suas crenças, o cenário atual aponta para um foco muito claro de violência e perseguição religiosa.

Este quadro se agrava diante do desenho da programação religiosa da televisão aberta no Brasil. Nesta, mais do que a invisibilidade real das religiões de matriz africana, há, como já destacamos tanto, a clara e direta menção à necessidade de eliminação destes cultos. Não são poucos os pesquisadores que vinculam a facilidade com que este discurso é assumido, ao racismo estrutural do país. Nesta leitura, não importa a realidade, pois, o que prevalece é um imaginário que persiste vinculando o candomblé e a umbanda a ritos

que envolvem caricaturas do mal originadas pelos afros-descendentes brasileiros. Tal se dá, também, porque o percurso destas religiões assenta-se nas estratégias de resistência de uma população que foi arrancada da sua própria história e que buscou sobreviver preservando, como conseguiu, seus valores, crenças e memórias.

É neste escopo da resistência ou da descoberta de um território onde será possível veicular princípios, conhecimentos e rituais das religiões de matriz africana, que as redes sociais estão sendo acionadas. Diante da falta de abertura nas concessões de televisão, que são públicas – e, portanto, deveria contemplar todas as religiões praticadas no Brasil – o YouTube surge como um local que vale muito ser ocupado. A materialidade dos canais e vídeos postados, inclusive, indicam novas questões para estas religiões. A pesquisa exploratória aqui sintetizada, revela um interesse majoritário de pessoas cuja aparência parece enquadrá-las no fenótipo branco²⁰, se apresentarem nas suas crenças, valendo-se, de testemunhos e de uma proposta de desmistificação da Umbanda e Candomblé, no sentido de as reconhecerem como religiões legítimas e plenas nas suas relações com o sagrado. Isto é, se o que está no YouTube pode ser reconhecido como representativo, pode-se apontar para uma mudança provável do perfil dos praticantes. Situação que, a nosso ver (mas não é possível discutir aqui), pode remeter a um vínculo com a produção cultural dos anos 1970 a 1990, especialmente a música popular brasileira que, neste período, foi responsável pela popularização da Umbanda e Candomblé junto às camadas médias da população brasileira.

De todo modo, o que foi levantado até agora coloca como um imperativo para a continuidade da pesquisa uma análise estética e narrativa destes vídeos e canais. No entanto, já é possível destacar que, ao contrário dos segmentos excludentes e preconceituosos das matrizes neopentecostais, o que se vê é uma materialidade discursiva pautada por muitos conceitos e palavras comuns entre as duas matrizes religiosas que se apresentam tão distintas. Falamos, por exemplo, da lógica do testemunho – tão cara aos neopentecostais – que direciona boa parte das produções. Uma delas, a de Tata Lopparga que relata sua conversão, agregou quase 6 mil comentários. Seu diagnóstico é que, como evangélica, vivia sufocada. Por isso, prega: "Não tenha medo de mudar de ideia, tenha

²⁰ Dos que levantamos, apenas Pérola de Iamanjá aparenta ser parda. De todo modo, o que se percebe, é que não há qualquer preocupação destes *YouTubers* quanto a este nível de identificação o que, por sua vez, aponta para mais um caminho de investigação e discussão.

medo de viver escravo das suas próprias convicções". Um diagnóstico de senso comum que parece ter sua eficácia.

Referências bibliográficas:

- AGÊNCIA BRASIL. Comunicação: TV e rádio enfrentam novos e velhos desafios, 2014.
- _____. IBGE: 40% dos brasileiros têm televisão digital aberta, 2016.
- _____. IBGE: negros são 17% dos mais ricos e três quartos da população mais pobre, 2016.
- BEZERRA, Edvania Kehrle. RODRIGUES, Francilene dos Santos. “Da invisibilidade à visibilidade negativa das religiões de matriz africana na televisão brasileira”. Aracaju, 2016.
- CERTEAU, Michel. **A invenção do Cotidiano**. Artes do Fazer. 9ª edição. Petrópolis/RJ: Vozes, 1994.
- DATAFOLHA, Instituto de Pesquisa. “Perfil e opinião dos evangélicos no Brasil”, 2016.
- GASPAR, Osmar Teixeira. **Mídias – Concessão e exclusão**. Faculdade de Direito da Faculdade de São Paulo. São Paulo, 2010.
- GOVERNO FEDERAL. “Relatório sobre intolerância e violência religiosa no Brasil (RIVIR) – resultados preliminares. Brasília, 2016.
- _____. Ministério da Cultura. Agência Nacional de Cinema (ANCINE). Informe de Acompanhamento do Mercado. TV Aberta. Monitoramento da Programação em 2016. Brasília: MEC, 23/08/2017.
- IBGE. “Atlas do censo demográfico – diversidade cultural”, 2010.
- IBGE. “Síntese dos indicadores sociais – uma análise das condições de vida”, 2016.
- IBGE. “Censo demográfico: resultados gerais da amostra”, 2016.
- IBGE. “Acesso à internet e à televisão e posse de telefone móvel celular para uso pessoal”, 2015.
- IPEA e FBSP. “Atlas da violência 2018”. Relatório organizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada e pelo Fórum Brasileiro e Segurança Pública. Rio de Janeiro, 2018.
- MELLO, Igor. ‘Traficantes de Jesus’: polícia e MPF miram intolerância religiosa do Rio”.In: UOL, 2019, s/p (<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2019/06/15/traficantes-de-jesus-policia-e-mpf-miram-intolerancia-religiosa-no-rio.htm>)
- O GLOBO, 2016. Vídeo: “Crivella fala que evangélicos elegerão presidente”. (<http://oglobo.globo.com/videos/v/crivella-fala-que-evangelicos-elegerao-presidente/5393524>).